

G. Mar. San.
P1 D31

Informe ao
Seminário Internacional do Amianto:
USO CONTROLADO OU BANIMENTO?
MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA
MARÇO/94

ASBESTO / AMIANTO

**SAÚDE
SÓ PARA
EXPORTAÇÃO**



**SINDICATO DOS
METALÚRGICOS DE
OSASCO E REGIÃO**
(filiado à Força Sindical)



EXPEDIENTE

O informe "Asbesto/Amianto Saúde só para exportação" reproduz, atualiza e amplia as seguintes publicações editadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região:

- 1 - "Informe à comissão especial destinada a dar parecer sobre o Projeto de Lei 3.981/93" (outubro/93)
- 2 - Relatório "Asbesto/Amianto, A FIBRA QUE MATA" (novembro/93)
- 3 - Revista "OI - Operário Inteiro" (janeiro/94)

Cordenação: Carlos Aparicio
Clemente

Edição: Eduardo Pavão

Redação: Eduardo Borges e
Jeferson Martinho

Diagramação: Walter Dionísio
Capa e

ilustrações: Rice

Gráficos

e tabelas: Jeff Sussmann

FONTES CONSULTADAS:

Dr. Diogo Pupo Nogueira
(Faculdade de Saúde Pública da USP) - Dr. Eduardo Algranti
(FUNDACENTRO) - Eng. Fernanda Gianasi (DRT/SP e GLA) - Dr. José Luiz Riani Costa (UNICAMP) - Eng. José Miguel Farinha Morgado (diretor executivo da Revista Impermeabilizar) - Mr. Barry Castleman, Sa.D. (Environmental Consultant) - Jornal da Prevenção de Acidentes (Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes) - Boletins do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT) - Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, e outras (FUNDACENTRO) - Revista Operário Inteiro (Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região) - Boletins do Grupo Interinstitucional do Asbesto (Governo do Estado de São Paulo e outros) - Relatório Asbesto no Setor de Fibrocimento (Ministério do Trabalho SSST)

ÍNDICE

EDITORIAL

ASBESTO: NO EXTERIOR,
CANCERÍGENO
NO BRASIL,
SIMPLES POEIRA..... 03

TEXTOS

MUNDO DESENVOLVIDO
JÁ PERCEBEU O PERIGO
E SE DEFENDE..... 04

ENQUANTO ISSO,
NO BRASIL... .. 06

O CASO LONAFLEX..... 07

BANIMENTO É POSSÍVEL
E DE IMEDIATO..... 08

DEPUTADOS VOTAM
PELO PÓ, CONTRA
A VIDA..... 09

O PÓ E A MÁSCARA..... 09

GRÁFICOS E TABELAS

CONSUMO DE ASBESTO
POR ÁREA GEOGRÁFICA..... 03

PRODUÇÃO DE ASBESTO
NO BRASIL..... 03

CONSUMO DE
ASBESTO NO SETOR
DE FRICÇÃO NO BRASIL..... 07

INFORMAÇÕES BÁSICAS
SOBRE A INDÚSTRIA DE
FRICÇÃO NO BRASIL..... 08

COMPARATIVO DOS
LIMITES DE TOLERÂNCIA:
BRASIL, EUA, SUÉCIA, NORUEGA..... 17

O ASBESTO NA
IMPrensa DO BRASIL..... 10 a 16

**REPRODUÇÃO LIVRE, DESDE QUE A
FONTE SEJA CITADA E UM EXEMPLAR ENVIADO AO
SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE OSASCO E REGIÃO
Rua Erasmo Braga, 870, Osasco, SP, CEP 06213 008**

ASBESTO NO EXTERIOR, CANCERÍGENO NO BRASIL, SIMPLES POEIRA

Existe hoje um esforço brasileiro, e mundial, pelo banimento do amianto/asbesto, substância mineral altamente cancerígena que tantas vítimas tem feito entre os trabalhadores a ela expostos nos ambientes de trabalho e nos demais ambientes onde a livre circulação deste contaminante, permitida pela atual legislação brasileira, coloca em risco incontáveis vidas humanas.

Com grande atraso em relação aos países desenvolvidos, o Brasil volta agora suas atenções para a gravidade do problema representado pela produção e uso do asbesto/amiante. Enquanto os países escandinavos já substituem e restringem fortemente o asbesto/amiante em seus territórios, e nações como os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, França, Suíça, Austrália e outros encontram-se em avançado estágio nos seus programas de substituição desta fibra que mata, o Brasil permanece no mesmo estágio que os países mais atrasados da África e América Latina, com o agravante de, além de grande consumidor, ser também um dos maiores produ-

tores mundiais deste cancerígeno.

Não há no mundo nenhum estudo científico digno de credibilidade que garanta a inexistência de risco de vida para aqueles que tenham contato com as fibras de asbesto/amiante. Muito pelo contrário. Desde o início do século o asbesto/amiante vem sendo a substância mais pes-

quisada em seus efeitos nocivos sobre a saúde dos trabalhadores e, em cem por cento dos estudos, a conclusão é sempre de condenação à fibra que mata, havendo inclusive pesquisadores sérios que informam ser o produto perigoso em qualquer nível de exposição, mesmo os mais ínfimos, o que já seria razão mais do que suficiente para o seu total banimento do Brasil do Mundo.

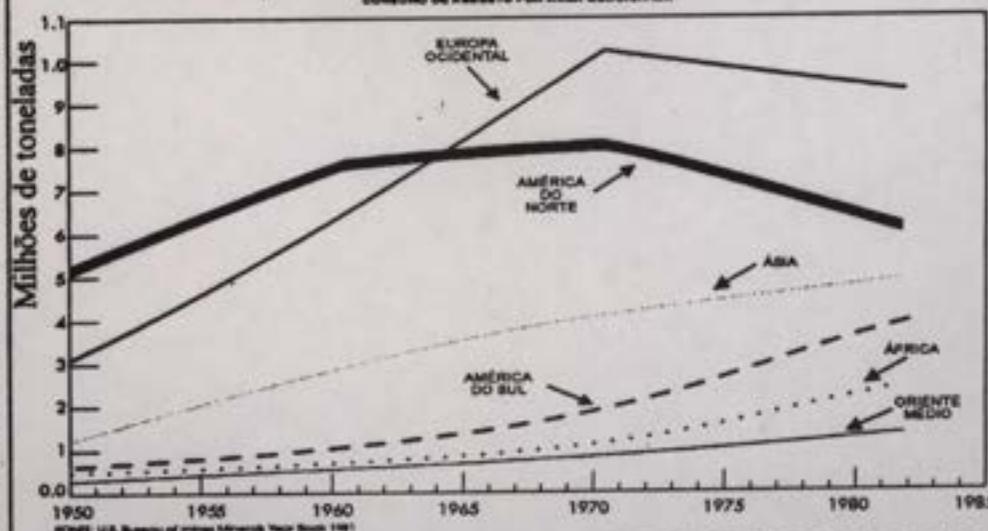
Já está mais do que na hora de enfrentar e vencer o lobby do monopólio da mineração da fibra que mata e dos setores industriais que preferem o lucro fácil a custo da vida alheia do que o investimento em produtos e tecnologias alternativas já existentes e amplamente difundidas em países que tratam com seriedade a proteção da saúde de seus habitantes.

O banimento do asbesto/amiante pode não resolver o problema das milhares de vítimas já contaminadas por este perigoso cancerígeno, mas certamente contribuirá para que daqui para a frente outros milhões de brasileiros vivam mais e melhor.

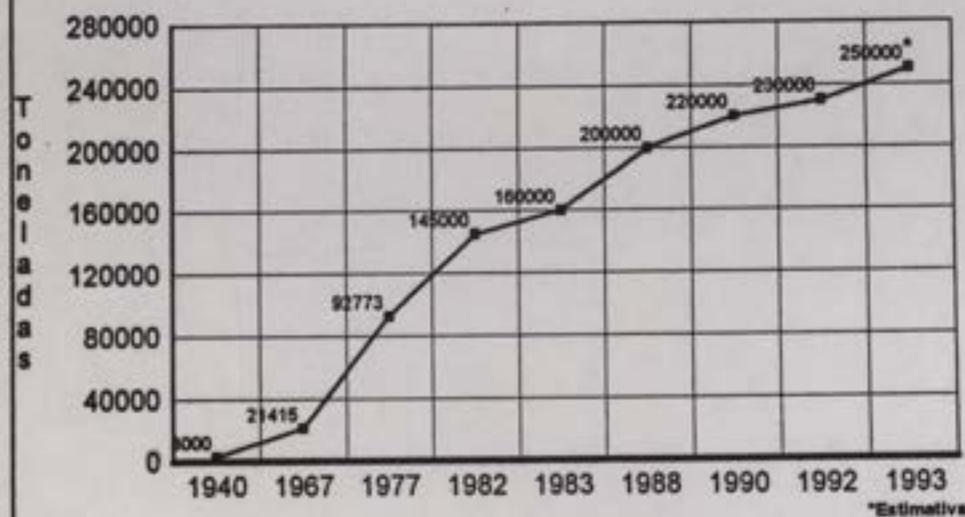
ASBESTO/AMIANTO: PROBLEMA MUNDIAL DE SAÚDE PÚBLICA. PAÍSES RICOS SE PROTEGEM. E NÓS?

(As informações a seguir são de domínio público e foram divulgadas no Brasil e no Exterior por publicações especializadas)

CONSUMO DE ASBESTO POR ÁREA GEOGRÁFICA



PRODUÇÃO DE ASBESTO/AMIANTO NO BRASIL



FONTES: Anuário Mineral Brasileiro, Gazeta Mercantil, DIESAT e Sindicatos
ARTE: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região

MUNDO DESENVOLVIDO JÁ PERCEBEU O PERIGO E SE DEFENDE

ESTADOS UNIDOS

-Segundo a Agência Para a Proteção do Meio Ambiente (EPA), cerca de 9.000 pessoas morrem por ano nos EUA devido ao contato com asbesto.

-As três principais variedades de asbesto/amianto utilizadas no EUA foram responsáveis por mais de 40.000 mortes prematuras na década de 60 naquele país, atingindo tanto trabalhadores de empresas produtoras e consumidoras como crianças e adultos que mantinham contato com produtos a base de asbesto/amianto sem ter consciência do risco que corriam.

-Três em cada mil crianças (do universo de 15 milhões formado pela população escolar que frequenta as 31.000 escolas dos EUA expostas ao produto) morrerão em consequência de contaminação

pelo asbesto/amianto. Em função deste fato, o Congresso americano aprovou, por unanimidade, Lei que exige de todo o sistema educacional daquele país a identificação e o desenvolvimento de planos de gerenciamento para anular o perigo do asbesto/amianto nos prédios escolares.

-No início dos anos 80, o grupo Johns Manville Co. pediu concordata devido à pressão exercida por mais de 17.000 ações indenizatórias derivadas de suas vendas de asbesto triturado e produtos de asbesto. Em 1988, os processos já eram 50.000 contra a companhia que, a partir de então, deixou definitivamente de trabalhar com aquele produto em território americano. O legado deixado pelo minério para o grupo Manville

é pesado: dois bilhões de dólares em indenizações por razões de saúde e outro tanto para indenizar os danos às propriedades de onde o asbesto teve que ser retirado e substituído.

-Em 1976, os EUA compravam 750.000 toneladas de asbesto/amianto do Canadá. Em 1986, com o avanço da conscientização sobre os riscos do produto e o cerco legal às indústrias usuárias, o volume comprado caiu para 150.000 toneladas/ano. Hoje as importações já diminuíram para menos de 100.000 toneladas/ano.

-A Agência Para a Proteção do Meio Ambiente (EPA) divulgou uma lista contendo mais de 50 produtos substitutos do asbesto/amianto, acatados por inúmeros outros países desenvolvidos.

"PERIGO - ASBESTO - CÂNCER E DOENÇAS DE PULMÃO - APENAS PESSOAL AUTORIZADO RESPIRADORES E ROUPAS PROTETORAS OBRIGATÓRIOS NESTA ÁREA"

(texto de sinalização obrigatória nos EUA em ambientes com exposição ao asbesto/amianto.)

EUROPA

-Em 1900, os médicos ingleses já relatavam casos de doenças pulmonares graves em operários que trabalhavam com amianto. Em 1927 foi feito o primeiro relatório minucioso de fibrose intersticial pulmonar secundária provocada pelo amianto, denominando-se esta doença de "asbestose".

-Na Grã-Bretanha, estudo encomendado em conjunto por patrões e empregados mostra que, se um programa de remoção maciça do asbesto/amianto em uso nas moradias britânicas não for efetuada de imediato, pelo menos 20.000 pessoas morrerão nos próximos vinte anos

vítimas de doenças relacionadas ao produto.

-Outubro de 1991. Recém construída, a sede da Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, foi inteiramente evacuada. Motivo: substituição das divisórias feitas de amianto.

-Alemanha, Itália, França e outros países europeus já proibiram parcialmente o uso de asbesto/amianto e caminham para o banimento total.

-Quando se comprovou que os atritos do uso cotidiano também liberam fibras de asbesto/amianto, altamente nocivas quando inaladas, a Universidade de Utrecht, na Holanda, fe-

chou suas portas para obras de remoção, limpeza e substituição do produto.

-Em abril de 1993, na Itália, a Conferência Internacional "Bastamianto" fez o chamado Apelo de Milão, onde afirmou: "(...) é inadmissível que as grandes indústrias do amianto continuem a exportar tais produtos aos países do terceiro mundo, transferindo riscos para onde a ausência de Leis e de vigilância apropriadas favorecem a contaminação de grande parte da população (...)".

-Entre 1979 a 1985, caiu pela metade o consumo de asbesto/amianto na Europa.

-Em 1986, ETERNIT fecha fábrica que funcionava desde 1907 em Casale Monferrato, Itália, cidade onde foram confirmados 1.640 casos de asbestose entre trabalhadores e a população vizinha à empresa. As vítimas hoje formam a Associação

dos Expostos ao Amianto. Aque-la fábrica chegou a ter 2.000 funcionários nos anos 50, quadro reduzido para 350 trabalhadores no ano do fechamento. Na década de 80, o consumo de asbesto/amianto daquela unidade da ETERNIT dividia-se em

10% crocidolita e 90% crisotila.

-A partir de 1993 entrou em vigor, na Itália, Lei que restringe fortemente a exploração e utilização do asbesto/amianto, estabelecendo entre outros pontos, os seguintes:

O Capítulo 1 que trata das disposições gerais, apresenta o artigo 1º como uma necessidade de incrementar e incentivar a pesquisa direta para a individualização de materiais substitutivos de amianto e no inciso 2 apresenta uma tabela das datas limites de utilização dos produtos contendo amianto, são elas:

-27/03/93 - Guarnições de atrito para veículos a motor, máquinas e implementos industriais;

-27/03/93 - Filtros e meios auxiliares de filtração para a produção de bebidas;

-27/03/94 - Telhas de amianto lisas ou onduladas de, de grandes formatos;

-27/03/94 - Tubos, canalizações e recipientes para o transporte e estocagem de líquidos para o uso civil e industrial;

-27/03/94 - Guarnições de atrito de reposição para veículos a motor, veículos ferroviários, máquinas e implementos industriais com características técnicas particulares;

-27/03/94 - Guarnições de cabeçotes para motores do antigo tipo;

-27/03/94 - Juntas de pratos estáticos e guarnições dinâmicas para elementos submetidos a grandes solicitações;

-27/03/94 - Filtros ultra-finos para esterilização e produção de bebidas e medicamentos;

27/03/94 - Diafragmas para processos de eletrólise.

*Engº José Miguel
Farinha Morgado*

-Na Suíça, no início dos anos 80, reação popular impede emissora de televisão de revestir antena transmissora na cidade de Lausane, estado de Vaud, com placas de asbesto/amianto. Movimento ganha força e obriga governo a substituir asbesto/amianto em todos os prédios públicos. ETERNIT local anuncia que, até 1990, substituiria o asbesto/amianto, em todos os seus produtos, por fibras não perigosas à saúde.

-Asbesto/amianto em adi-antado estágio de banimento nos países escandinavos.

AUSTRÁLIA

-Desde 1983 é proibida a

fabricação e comercialização de telhas de cimento amianto

CANADÁ

-2º maior produtor mundial de asbesto/amianto vê diminuir drasticamente suas vendas para países do 1º Mundo e investe no aumento da comercialização do produto junto às nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento.

-Articula, sem sucesso, defesa do asbesto/amianto na linha do "uso controlado" (de efeito altamente duvidoso na eliminação dos riscos) tentando fazer frente às pressões internacionais pelo banimento total e assim preservar pelo menos

parte dos lucros ameaçados. Ambientalistas, sindicalistas e governos dos países desenvolvidos não se sensibilizam e prosseguem apertando o cerco rumo ao banimento total.

-Medidas rígidas de proteção são adotadas na tentativa de diminuir riscos aos trabalhadores expostos e minimizar imagem negativa do asbesto/amianto.

JAPÃO

- Único país desenvolvido que ainda não restringiu de maneira drástica a comercialização e o uso do asbesto/amianto.

ENQUANTO ISSO,

...País assume o 3º lugar na produção mundial de asbesto/amianto, com a mina da Sama, em Goiás, produzindo 230.000 toneladas/ano, superada apenas pela ex-URSS e Canadá.

Da produção brasileira, 75% destinam-se ao mercado interno e 25% vai para a exportação, principalmente para a América Latina e o Japão, gerando divisas da ordem de US\$300 milhões por ano. Da parte que fica no País, acrescida pelas importações, 89% é utilizada pelo setor de cimento-amianto ou também conhecido por fibrocimento, dominado pela transnacional francesa Saint-Gobain (Brasilit e Etemit), que também é proprietária da empresa mineradora Sama e da distribuidora Engedis. Os 11% restantes vão para outros setores: têxtil, químicos, plásticos, metalúrgicos (freios, embreagens etc.).

O grande "boom" da produção e utilização do asbesto/amianto no Brasil se deu na década de 70. Embora as grandes empresas já conhecessem os estudos americanos e europeus, que descreviam a relação direta entre o contato com o asbesto/amianto e doenças como asbestose, câncer de pulmão, mesotelioma de pleura e de peritônio, e câncer gastrointestinal.

No final dos anos 80 as maiores empresas do setor aumentaram investimentos na proteção dos trabalhadores expostos ao asbesto/amianto, reduzindo mas não eliminando os riscos de contaminação. Empregados de empresas menores e população em geral continuam sem qualquer tipo



NO BRASIL...

de proteção, sob risco permanente de contaminação.

Como as doenças provocadas pelo asbesto/amianto têm um longo período de latência (entre 15 a 25 anos), a partir da década de 90 serão milhares as vítimas entre os trabalhadores, seus familiares, e até mesmo vizinhos das fábricas e minas, bem como os empregados da construção civil, os consumidores de água armazenada em reservatórios de fibrocimento, borracheiros e mecânicos de transportadoras e empresas de ônibus, trens e metrô, operários de todo tipo de indústrias que manufaturam produtos que contenham asbesto/amianto, e a população em geral que respira o ar contaminado pelas fibras desprendidas na frenagem dos veículos, na erosão das construções e etc...

Diante desta perspectiva nada animadora, o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e Ambientes de Trabalho (DIESAT) promoveu, em 1990, Seminário Intersindical sobre Asbesto/Amianto, com a presença de representantes da Organi-

zação Internacional do Trabalho (órgão da ONU), do Greenpeace e sindicatos de diversas categorias de trabalhadores brasileiros. Ao final dos trabalhos concluiu-se que a gravidade do problema é elevada e atinge toda a América Latina, indicando para o movimento sindical a necessidade de orientar sua ação visando a substituição total do asbesto/amianto nos processos produtivos.

A partir de maio de 1991, a legislação brasileira obriga os empregadores a manterem durante 30 anos, após o término do contrato de trabalho, exames médicos de controle dos trabalhadores envolvidos com exposição ao asbesto/amianto.

Não há outra substância que induza a tamanho acompanhamento das condições de saúde em toda a legislação nacional de saúde e segurança no trabalho, o que serve para ilustrar a gravidade dos riscos envolvidos, mas não os elimina, mesmo porque esta e outras leis de saúde e segurança são corriqueiramente descumpridas, e tanto o Sistema Único de Saúde como a Previdên-

cia Social mostram quase total omissão no diagnóstico, tratamento e amparo às vítimas de doenças contraídas nos ambientes de trabalho brasileiros.

Para ter mais um exemplo bem ilustrativo da questão do asbesto/amianto no Brasil, e a completa falta de assistência a que suas vítimas têm sido relegadas, por absoluta omissão do Estado, em particular do Sistema Único de Saúde e da Previdência Social, basta ler o que comentário do prof. Diogo Pupo Nogueira sobre pesquisa realizada em 1983 pelo prof. José Luis Riani Costa (Revista Brasileira de Saúde Ocupacional - nº 63 - vol. 16 - jul/ago/set/1988):

"O estudo foi feito em uma pequena cidade do Interior de São Paulo (Leme), onde existia uma fábrica de produtos de cimento-amianto que empregava cerca de 700 pessoas. O investigador inicialmente procurou, na agência local do INPS (hoje INSS), o prontuário de todos os trabalhadores que tinham sido afastados do trabalho por motivo de doenças pulmonares ou outra doença incapacitante, mas que tivessem trabalhado expostos ao asbesto; esses trabalhadores foram submetidos a um exame completo (clínico, radiológico e funcional). Curiosamente, ex-trabalhadores com asbesto na localidade, ao saberem de tais exames, também se apresentaram e foram examinados. Assim, em um total de 86 trabalhadores examinados, foi verificado que 14 apresentavam asbestose que até então não tinha sido diagnosticada."

O CASO LONAFLEX

Desde maio de 1979, quando iniciou um processo de discussão e ação sindical frente aos riscos provocados por poeiras tóxicas nos ambientes de trabalho, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região vem acumulando experiências e informações relativas à contaminação de trabalhadores expostos às fibras de asbesto/amiante, especialmente na indústria de materiais de fricção (especificamente lonas e pastilhas para freio), em razão de funcionar na base deste Sindicato a empresa Lonaflex (grupo Fras-Le), um dos maiores fabricantes nacionais deste tipo de produto e onde inúmeros metalúrgicos foram vitimados por doenças provocadas pelo contato com o asbesto/amiante.

Estudos realizados pela FUNDA-CENTRO (órgão de pesquisa do Ministério do Trabalho) constataram que o ambiente de trabalho na Lonaflex é altamente insalubre, devido quase que exclusivamente à utilização do asbesto/amiante nos processos produtivos. A própria empresa assume esta insalubridade em documento ofi-

cial encaminhado à Previdência Social, onde afirma que em nenhum ponto de sua fábrica de Osasco os trabalhadores estão livres do contato com a fibra que mata.

O risco para os trabalhadores na produção da Lonaflex é imenso, como comprovam as dezenas de comunicações de acidentes de trabalho (CATS) acumuladas em apenas dois anos de

ação articulada, de 1991 até hoje, entre o Sindicato, Ministério do Trabalho, Fundacentro, Ministério Público do Estado de São Paulo e Sistema Único de Saúde, que se uniram na fiscalização e monitoramento das condições de saúde e segurança no ambiente de trabalho daquela empresa, identificando a contaminação dos operários pelo asbesto/amiante.

Lonaflex (Fras-Le) assume: toda a fábrica é insalubre

A própria metalúrgica Lonaflex (Francisco Stedille), em Osasco, assumiu que não existe lugar dentro da empresa onde o trabalhador esteja livre da contaminação pelo pó que mata. Essa foi inclusive a justificativa, em carta encaminhada ao Centro de Reabilitação Profissional do INSS, para o fato de não poder reaproveitar o funcionário Epaminondas Luz Ribeiro. Ele havia ficado um longo período afastado depois de contrair, dentro da empresa, asbestose, uma doença provocada pelo acúmulo de fibras de amianto nos pulmões.

Enquanto assume a insalubridade para a Previdência Social, por outro lado, para fiscalização do Ministério do Trabalho a

Lonaflex afirma que não existe nenhum risco de contaminação na fábrica de Osasco.

O caso de Epaminondas Luz Ribeiro é um dos mais alarmantes da nossa região, e deixou claro o risco que os trabalhadores estão correndo. Epaminondas foi afastado e submetido a tratamento. Ao término deste, foi encaminhado devolta à empresa, onde poderia voltar ao trabalho com a condição de não trabalhar em local onde ficasse exposto ao amianto.

No dia 11 de agosto de 1992, em carta enviada pela empresa ao Centro de Reabilitação Profissional do INSS em São Paulo, a Lonaflex afirma que, em qualquer dependência da fábrica e mesmo que em

outra função, o contato com amianto seria inevitável, tornando impossível o reaproveitamento do funcionário, pois seu quadro clínico poderia se agravar ainda mais.

Epaminondas ficou aguardando uma solução, que só veio com sua aposentadoria, no dia 18 de fevereiro de 1993. Seu desligamento efetivo da Lonaflex aconteceu no dia 01/07/93. Mesmo assim, a aposentadoria não vai sanar seu problema de saúde, com o qual ele terá que conviver pelo resto da vida.

Na época em que trabalhou na Lonaflex, o único equipamento de segurança utilizado por ele foi a máscara de proteção descartável, fornecida pela própria empresa

Se os operários da Lonaflex sofrem com a contaminação pelo asbesto/amiante, mesmo recebendo equipamento de proteção (de eficácia contestada) e sendo a empresa associada à Associação Brasileira do Amianto e à Associação Internacional do Amianto, pode-se imaginar a que riscos estão expostos milhares de borracheiros e mecânicos de manutenção de transportadoras e empresas de ônibus, trens e metrô expostos, sem qualquer orientação ou proteção, a fina poeira desprendida pelas lonas e pastilhas de freio e depositada na parte interna das rodas dos veículos.

O AMIANTO NO SETOR DE FRICÇÃO NO BRASIL

O consumo estimado de amianto no setor de fricção no Brasil é da ordem de 15.600 toneladas/ano



Art. 12.1 da Recomendação 172 da Organização Internacional do Trabalho: "Quando seja necessário proteger os trabalhadores, a autoridade competente deverá exigir mudança do asbesto por material de substituição, toda vez que isso seja possível."

BANIMENTO É POSSÍVEL. E DE IMEDIATO!

SOLUÇÃO EM ABRIL?

As indústrias de materiais de fricção consomem cerca de 7% de todo o asbesto/amianto produzido ou importado pelo Brasil. Esse percentual já representa uma queda em relação a 1983, quando o mesmo setor de fricção consumiu 13% da produção de asbesto/amianto.

No caso das lonas e pastilhas para freios é possível a substituição imediata do asbesto/amianto por materiais não cancerígenos.

As indústrias brasileiras do setor detêm tecnologia para tal e a utilizam nos produtos que exportam para os países onde os asbesto/amianto já está banido ou em processo de banimento. Mas o respeito que estas empresas demonstram pelo consumidor estrangeiro não se aplica às suas práticas de comercialização no nosso País, onde apenas os carros zero quilômetro saem das montadoras com lonas e pastilhas para freios livres de asbesto/amianto que são substituídas pelo produto cancerígeno já na primeira troca efetuada pelo comprador do veículo. Basta proibir estas empresas de comercializarem produtos a base de asbesto/amianto no Brasil para que, de imediato ou em curtíssimo prazo, o mercado seja abastecido por similares nacionais livres da fibra que mata. Isso não significa vetar o uso de asbesto/amianto num mercado pulverizado e povoado de empresas. Pelo contrário, a medida afetaria - mais em termos de mudança de processos de produção que em termos de custos - um número muito pequeno de indústrias. Nos três setores do ramo de fricção, apenas 10 empresas dominam mais de 70% do mercado.

A proibição só não aconteceu ainda por que as margens de lucro e a competitividade entre as indústrias do setor têm falado sempre mais alto do que qualquer preocupação com a vida humana. E assim vai continuar se não houver uma Lei ou acordo que obrigue, a um só tempo, todas as empresas do setor a banirem o asbesto/amianto de seus produtos.

Neste momento está em fase adiantada de negociação um acordo coletivo, patrocinado pelo Ministério do Trabalho, entre as centrais sindicais e as indústrias metalúrgicas do setor automotivo, visando a substituição total do asbesto/amianto neste setor.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região e os Metalúrgicos de São Paulo re-

presentam a Força Sindical na comissão que negocia o acordo. Desde o início nossa posição foi pelo banimento total e imediato do asbesto/amianto no setor metalúrgico, enquanto o empresário tentava impedir qualquer mudança na atual legislação.

Depois muito negociar caminha-se para uma proposta consensual de substituição gradual até 1997, quando o asbes-

to/amianto deverá estar completamente banido da produção nacional de materiais de fricção.

Caso o lobby do asbesto/amianto não consiga forçar o empresariado metalúrgico a voltar atrás, a previsão é de concluir as negociações até o dia 28 de abril, quando o governo transformará em Lei a proposta surgida do consenso entre as partes. É esperar para ver...

INFORMAÇÕES BÁSICAS DE CADA SETOR

MATERIAL DE ATRITO

DESTINAÇÃO

Fabricante	Participação no mercado (%)	Localização (Estado)
FRAS-LE (Lonas)	40	SP e RS
COBREZ	15	SP
JURE	8	SP
TERENCO	7	SP
PEQ. EMPRESAS	30	Concentradas em SP

Reposição = 50% { 20% sem asbesto
80% com asbesto

Montadoras = 30% sem asbesto

Exportação = 20% { 50% sem asbesto para o 1º Mundo
50% com asbesto para o 3º Mundo

Consumo anual de amianto 10.000 toneladas Movimento/ano US\$ 250 milhões Número de trabalhadores 8.000 na indústria
300.000 nos reparos

REVESTIMENTO DE EMBREAGEM

DESTINAÇÃO

Fabricante	Participação no mercado (%)	Localização (Estado)
TERMOFIT	37	RJ
FRAS-LE (Lonas)	25	RS e SP
SACHS AUTOMOTIVE	10	SP
PEQ. EMPRESAS	28	Concentradas em SP

Reposição = 55% { 20% sem asbesto para autorizadas
80% c/ asbesto

Montadoras = 35% sem asbesto

Exportação = 10%

Consumo anual de amianto 5.400 toneladas Movimento/ano US\$ 80 milhões Número de trabalhadores 1.000 na indústria
300.000 nos reparos

JUNTAS

(AUTOMOTIVAS E MÁQUINAS)

DESTINAÇÃO

Fabricante	Participação no mercado (%)	Localização (Estado)
ASBERIT	54	RJ
KLINGER	16	SP
STEVALLX	12	SP
ASBEMOLIT	8	SP
PEQ. EMPRESAS	10	Concentradas em SP

Mercado interno = 55%

Mercado externo = 45% { 17% é exportado sem asbesto

Consumo anual de amianto 200 toneladas Movimento/ano US\$ 40 milhões Número de trabalhadores 3.300 na indústria

Fonte: SSST/MTB - OUTUBRO DE 1993

O PARLAMENTO E O ASBESTO

DEPUTADOS VOTAM PELO PÓ CONTRA A VIDA

Diversos projetos de lei estão tramitando nas assembleias legislativas de São Paulo e Rio de Janeiro, e na Câmara dos Deputados, em Brasília, para criar legislações que obriguem a limitar e substituir o uso do asbesto/amianto a nível estadual e nacional.

O Brasil está bastante atrasado se comparado ao mundo desenvolvido, onde já existem há anos leis muito rigorosas contra o asbesto. Além de atrasadas em relação aos países mais avançados, as tentativas de mudar as leis brasileiras sobre o pó que mata ainda são tímidas diante da gravidade do problema e, mesmo assim, esbarram no poderoso lobby das empresas do setor, representadas pela Associação Brasileira do Amianto (ABRA), que busca por todos os meios manter a questão apenas no âmbito da saúde ocupacional, tentando evitar que o problema seja tratado como uma questão relacionada ao meio ambiente e, portanto, capaz de colocar em risco toda a sociedade e não só os trabalhadores diretamente en-

volvidos com o produto.

O Brasil aprovou a Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho que recomenda a eliminação do asbesto/amianto mas, até agora, não mudou nada nas leis brasileiras que regulam o uso deste produto altamente cancerígeno. As primeiras tentativas de adequar as leis do País às normas internacionais foram todas en-gavetadas por pressão das indústrias interessadas em continuar lucrando às custas da saúde dos brasileiros.

Então surgiu uma nova tentativa, através de Projeto de Lei 3981/93, apresentado pelo Deputado Eduardo Jorge. Mas foi em vão. A força do lobby falou mais alto e o projeto que propunha o banimento gradual do asbesto/amianto acabou transformado pela comissão parlamentar que o analisou, por 18 votos a 2, em um documento frouxo, vergonhoso mesmo, que só fez tornar ainda mais forte o monopólio da mineração e criar obstáculos a qualquer tentativa de substituição por fibras

menos perigosas. Enfim, a maioria dos deputados da comissão mostrou que dá mais valor às cifras financeiras do que aos índices de mortalidade, que ajudam a manter em alta com sua omissão.

Enquanto em Brasília o projeto de Lei sobre o asbesto virou uma emenda pior do que o soneto, em São Paulo outra tentativa de proteger as pessoas do pó que mata também avança lentamente.

O projeto em curso na Assembleia Legislativa paulista assemelha-se àquele originalmente apresentado e depois mutilado na Câmara dos Deputados. O mesmo acontece na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Mas, como em Brasília, os projetos contra o asbesto/amianto nestes estados esbarram na resistência do monopólio e até mesmo de alguns sindicalistas ligados aos trabalhadores do setor, especialmente nas áreas de mineração e fibrocimento, onde é grande, e compreensível, o medo perder o emprego se o pó que mata for proibido.

O PÓ E A MÁSCARA

A luta desenvolvida pelo sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região contra as máscaras descartáveis, usadas indevidamente na "proteção" respiratória dos trabalhadores, tem muito a ver com a questão do asbesto/amianto. A partir da constatação de que companheiros da empresa Lonaflex, mesmo usando durante anos máscaras "protetoras" descartáveis, contrairam doenças provocadas pela respiração do pó de asbesto/amianto foi que o Sindicato partiu para o ataque, exigindo do Ministério do Trabalho a proibição deste tipo de "protetor" inútil e o fim do uso do pó que mata, pois essa é a única forma conhecida em todo o mundo de proteger de verdade os trabalhadores.

Produtos como a sílica, outro contaminante para o qual as máscaras descartáveis não oferecem nenhuma proteção, podem ser neutralizados com me-



didias de proteção coletiva, mas o asbesto/amianto, pelo altíssimo risco que representa mesmo se respirado em quantidades mínimas, só tem um jeito: a

proibição total e substituição por outras fibras menos perigosas, como já acontece nos materiais de fricção e freios fabricados para exportação.

Diário Popular

NO CII | SÃO PAULO

Sexta-feira, 25 de abril de 1986

BRASIL

Alto teor cancerígeno do asbesto foi denunciado

É urgente que se faça uma rigorosa fiscalização dentro das indústrias que fabricam o amianto (asbesto) e que se limite a exposição dos trabalhadores ao pó, no máximo quatro fibras por centímetro cúbico de ar dentro das empresas. Essas foram as principais conclusões a que chegaram os técnicos e representantes de trabalhadores de várias partes do mundo que se reuniram, por três dias, de 22 a 24 de abril, no auditório da Cetesb (Companhia de Tecnologia Ambiental do Estado de São Paulo) para discutir sobre o tema "Exposição a Asbesto: Aspectos Ambientais e Operacionais".

"Como medidas imediatas, reivindicamos que sejam feitas avaliações sistemáticas ambientais, que seja estabelecido um sistema de coleta de partículas de amianto e também controle médico aos trabalhadores expostos ao pó", exigiu Carlos Clemente, secretário-executivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Utilizada pela indústria brasileira em mais de 3 mil produtos, dentre eles, o principal, o cimento-amianto, o asbesto é indicado como uma das principais causas dos mais diversos tipos de câncer (de laringe, esôfago, pulmão, estômago, intestinos etc.), atacando, principalmente, pessoas que sofrem exposições prolongadas ao pó.

Segundo o dr. Stephen Levin, do Mount Sinai Medical Center dos Estados Unidos, maior que o problema de exposição ao asbesto dos trabalhadores nas indústrias que o fabricam, é a série de outras exposições que acontecem em atividades como na indústria de construção civil, pisos, telhas que contenham o produto, pode provocar uma das muitas doenças causadas pelo asbesto: "Temos estudos dos efeitos maléficos do amianto nas indústrias porque eles são mais fortes, mas há uma série de outros perigos a que pessoas comuns

estão exposta no seu dia-a-dia que atingem a sociedade como um todo", explicou ele.

Michel Blondim, do Sindicato dos Metalúrgicos de Montreal (Canadá), disse que saiu do seminário com duas conclusões: que os trabalhadores têm direito à informações sobre o perigo que passam ao trabalhar com todos os tipos de produtos e que qualquer empresa que viesse ao Brasil para abrir minas de exploração do amianto, deveria ser obrigada pelas autoridades a adotar as tecnologias que já existem para instalações deste tipo. "Trabalhamos muito no nosso país e para sensibilizar os trabalhadores e pressionar as autoridades e as companhias para que introduzissem meios para que tivessemos condições de salubridade dentro das empresas. Hoje podemos dizer que trabalhamos em índices mínimos de insalubridade" garantiu ele.

Carlos Clemente, por outro lado, é pessimista ao avaliar as condições que o Brasil tem para resolver os problemas de exposição ao amianto: "Eu perguntaria quem é que fiscalizaria isto aqui neste País? Temos a Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo, com 150 médicos e engenheiros para fiscalizar cerca de 700 mil empresas da capital. Depois, temos a Fundacentro, que está patrocinando esta festividade que está acontecendo aqui, com 500 funcionários em todo o Brasil dos quais um terço são técnicos que sequer possuem equipamentos adequados para fazerem medições", desabafou. Segundo Carlos, no próximo mês de junho, trabalhadores de todo o mundo estarão discutindo, em reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a não continuidade do uso de amianto no mundo.

TELMA REGINA ALVES

Em 1986, a pressão dos lobbies do Amianto já era forte. Em vez de substituição, uso controlado com limite de 4 fibras por cm³ era a saída discutida.

FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, sexta-feira, 25 de abril de 1986

Um jornal a serviço do Brasil

Ano 66

N.º 20.841

Al. Barão de Limeira, 425

C\$ 3,00

26 — CIDADES — Sexto-feira, 25 de abril de 1986

FOLHA DE S. PAULO

Seminário termina sem propor solução para o amianto

Do Reportagem Local

Com a presença de 250 participantes e especialistas de seis países encerrou-se ontem, em São Paulo, no auditório da Cetesh (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), em Pinheiros, zona oeste de São Paulo, o Seminário Internacional sobre Exposição ao Asbesto (amianto), promovido pela Cetesh, Abra (Associação Brasileira de Amianto) e Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho). Foram sugeridas muitas recomendações para o controle de produção e comercialização de produtos à base de amianto no Brasil, mas sem o anúncio de nenhuma medida oficial.

Paulo Nogueira Neto, 64, secretário da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), afirmou que o Brasil "está numa situação delicada" em relação ao assunto, transferindo o problema para uma possível mobilização da sociedade, "para que diga até que ponto quer aceitar os riscos provocados pela exposição ao amianto". Ele afirmou que, no momento, o governo federal só irá exigir, num prazo de 90 dias, que as fabricantes desses produtos estejam em suas embalagens a seguinte

advertência: "Cuidado, este produto contém amianto. Não respire poeira de amianto, o perigo é maior para os fumantes".

O Diesat (Departamento Interinstitucional de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho) pediu que a exploração e uso do asbestos devam ser "completamente cessados no país", fazendo sua substituição por produtos "não cancerígenos e não prejudiciais à saúde". Carlos Aparício Clementi, 28, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco (município de São Paulo), apoiou o pedido dizendo que Holanda e Suécia já proibiram o uso do cimento amianto; nos Estados Unidos há estimativas de mortes prematuras causadas pelo amianto entre duzentas e trezentas mil pessoas.

A AIA (Asbestos International Association), em nota oficial, afirma que "reconhece que o amianto pode apresentar risco à saúde se não for usado corretamente, do mesmo modo como, uma grande quantidade de outras substâncias químicas produzidas ao longo da história". A entidade do produto para que "não haja nenhum risco socialmente aceitável".

DIE: SAT' reivindicava que a exploração e uso do amianto fossem completamente cessados no País



O DIÁRIO

OSASCO - REGIONAL

Osasco, quarta-feira, 23 de junho de 1993 - Nº 4267* Circula em: Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira e Itapevi *Esta Edição: 25.000 exemplares

Empresa em Osasco é interditada por expor trabalhadores ao pó de amianto

MATÉRIA DE C.A.F.A.

MÁSCARA DA MORTE INTERDITA UMA METALÚRGICA EM OSASCO

A interdição atingiu todo o setor de perforação e corte de placas de amianto da Incopal, na Vila Menck. O engenheiro do trabalho da CENOP, Dias de Azevedo inspecionou ontem a empresa, lavrou um auto de multa no valor de 100 milhões de cruzeiros e interditou aquela área de produção da metalúrgica. *Página 3*



Sam proteção
Trabalhadores da Incopal, sem equipamento de segurança

PUBLICADO EM 29/07/93. EM VÁRIOS JORNALS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL
Gazeta Mercantil, Folha São Paulo, e outros de São Paulo

COMUNICADO ÀS INDÚSTRIAS E TRABALHADORES QUE UTILIZAM RESPIRADORES DESCARTÁVEIS DE PROTEÇÃO CONTRA POEIRA DE SÍLICA, ASBESTOS E CÁDMIO.

Com surpresa e indignação tomamos conhecimento da Instrução Normativa número 1, datada de 13 de julho de 1.993, publicada no Diário Oficial e assinada pela titular da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho, Dra. Raquel Maria Rigotto, cancelando os certificados de aprovação (CA) para os respiradores descartáveis em ambientes de trabalho com exposições a poeiras de sílica, asbestos e cádmio.

Reafirmamos que:

1 — Os respiradores descartáveis fabricados pela 3M são aprovados e utilizados há quase 20 anos em diversos países do mundo, tais como Japão, Alemanha, Austrália, Canadá, França e Inglaterra, entre outros, com certificado de aprovação internacional.

2 — Os respiradores descartáveis são considerados por todas as normas estrangeiras e internacionais como equipamentos que conferem o mesmo grau de proteção ao trabalhador que os respiradores meia-peça facial de borracha, com filtros cambiáveis.

3 — Consciente da sua grande responsabilidade social na área de proteção do trabalhador na indústria, a 3M oferece extenso programa de treinamento e conscientização aos usuários, para a correta utilização e para o ajuste e selagem adequados dos respiradores descartáveis, bem como de outros tipos de respiradores fabricados pela 3M, tendo treinado mais de 200.000 trabalhadores em todo o Brasil.

4 — Carecem de sustentação técnica as considerações que levaram ao cancelamento dos certificados de aprovação acima mencionados. Informamos que a 3M do Brasil está tomando as medidas legais cabíveis que lhe assegurem o direito de comercializar seus respiradores descartáveis para proteção contra poeira de sílica, asbestos e cádmio, a exemplo do que ocorre em muitos outros países do mundo.

A Diretoria

3M do Brasil Ltda.

Multinacional 3M do Brasil informa às empresas que respiradores descartáveis de sua linha de produção é proteção segura contra pó de amianto

Diretor-Responsável: Herbert Levy

SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, BRASÍLIA, PORTO ALEGRE, SALVADOR E CURITIBA

EDIÇÃO SIMULTÂNEA

0.275 — Quinta-feira, 17 de fevereiro de 1994

Impresso em São P

Quinta-feira, 17 de fevereiro de 1994 — GAZETA

• Trabalho

INDÚSTRIA DE AUTOPEÇAS

Comissão agenda primeira reunião para discutir a substituição do amianto

por Cláudia Bergamasco
de São Paulo

A primeira reunião da comissão formada por representantes do Ministério do Trabalho, empresários do setor de autopeças e trabalhadores para discutir a substituição do asbesto na fabricação principalmente de embreagens, lonas e pastilhas de freios, está prevista para acontecer no próximo dia 28, na Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), em São Paulo.

A comissão tripartite foi criada a partir de um protocolo de intenções assinado no dia 14 de janeiro, para um prazo de sessenta dias, definir a troca gradativa do asbesto (também chamado de amianto) por outro material, não prejudicial à saúde do trabalhador, como fibras sintéticas.

O representante do Sindicato das Indústrias de Autopeças (Sindipeças) na comissão, Ali El Hage, explicou, à época da assinatura do acordo, que as montadoras já substituíram a utilização do asbesto na fabricação de material de atrito para freios, revestimentos de embreagens e juntas há cerca de cinco anos. O problema está no mercado interno de reposição, que, segundo ele, mantém o uso da substância.

Estudos da Fundacentro

mostram que a exposição constante ao asbesto pode provocar fibrose (endurecimento dos pulmões) irreversível quando em estágio avançado (asbestose), câncer pulmonar e do trato intestinal.

Segundo a Associação Brasileira do Amianto (Abra), das 100 mil toneladas de amianto consumidas no mercado brasileiro, cerca de 15% são destinadas à indústria de autopeças e indústrias de materiais de fricção consomem cerca de 9% de todo o produto produzido ou importado para o Brasil, segundo levantamento do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, na Grande São Paulo.

SEMINÁRIOS

Nos dias 2 e 3 de março, em Curitiba, a Central Força Sindical pretende realizar um seminário sobre amianto e saúde do trabalhador, entre os dias 28 e 30, em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ministério do Trabalho e Fundacentro, para organizar, no Parlamento Latino-Americano (Parlatino) em São Paulo, o Seminário Internacional sobre o Amianto, com participação prevista de deputados centrais sindicais nacionais e italianas, entidades locais, Abra e um membro do comitê técnico-sindical sobre higiene e segurança do trabalho da Comunidade Européia (CE).

A comissão que vai discutir a substituição do amianto no setor automotivo começa a se reunir.

Obs.: Até 22/03/94, a comissão havia se reunido três vezes e praticamente definiu passos para banimento do asbesto

• Trabalho

SAÚDE

Sindicalistas discutem uso, riscos e substituição do amianto nas indústrias

por Hudson José de Curitiba

A utilização do amianto e seus riscos para a saúde do trabalhador vêm sendo amplamente debatidos por representantes das categorias profissionais, do governo federal e dos empresários. Assunto polêmico, as partes dividem-se quanto a qual deve ser a postura do País em relação ao asbesto, nome pelo qual também é conhecida a fibra: o uso controlado ou o seu banimento total, através da sua substituição. O amianto é considerado responsável por doenças pulmonares irreversíveis, inclusive o câncer.

A Central Força Sindical realizou ontem, em Curitiba, o Seminário Nacional para Uso Controlado ou Banimento do Amianto, que estabeleceu princípios, metas e posicionamento de ação da central em relação à utilização dessa espécie de fibra mineral, considerada cancerígena, em vários produtos industriais fabricados no Brasil. Durante o seminário, a discussão sobre o uso do amianto no mercado doméstico ficou definida como uma questão prioritária para o meio sindical.

No dia 28 a 30 deste mês, um outro seminário, a ser realizado em São Paulo, irá discutir o tema com todas as partes interessadas.

Exposição à fibra afeta 30 mil

por Sandra Nascimento de São Paulo

Ainda é pequeno o número registrado de trabalhadores acometidos com doenças causadas pelo asbesto, em razão da falta de informações a respeito. "Na maioria das vezes, são casos em que o trabalhador já foi afastado do serviço", disse Fernanda Giannasi, da DRT/SP. O período de latência dessas doenças é longo, média entre 15 e 30 anos.

De acordo com cálculos do Ministério do Trabalho, aproximadamente 25 mil a 30 mil trabalhadores estão expostos diretamente ao amianto. Estima-se a existência de 300 mil em pequenas oficinas de reparos. "Não dá para fiscalizar tudo, são milhares de trabalhadores envolvidos", disse a engenheira.

Para o médico da Associação Brasileira de Amianto (Abra), Wagner Melles, a impossibilidade de fiscalização não deve ser motivo para a proibição. "É uma posição muito cômoda", afirmou. Segundo ele, a Abra defende o uso controlado do amianto, e não sua substituição.

"As doenças causadas pelo asbesto são progressivas e irreversíveis. Mesmo que o trabalhador seja afastado do local contaminado o mal progredirá", afirmou Fernanda. "Os tratamentos apenas aliviam os sintomas", acrescentou. As principais doenças causadas pelo amianto são: asbestose (fibrose pulmonar que tira a elasticidade do pulmão), câncer pulmonar, mesotelioma de pleura (pulmão) ou peritônio (tecido que reveste a parede do intestino), espécie de tumor.

Na pauta de discussão, entre outros assuntos, deverá constar o trabalho realizado pela comissão tripartite criada em janeiro último, para estudar e apresentar formas alternativas ao uso do amianto e sua gradativa substituição. O acordo que originou a comissão foi assinado pelo Ministério do Trabalho, centrais sindicais e pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipecas), e tem prazo de 60 dias (até 14 de março

próximo) para apresentar as primeiras conclusões. Para o dia 28 deste mês, está agendada uma reunião para definir a minuta que será encaminhada ao ministro do Trabalho, Walter Borelli, no setor de materiais de fricção — freios, embreagens e juntas.

"Vamos definir quais as consequências da utilização de outras substâncias e suas implicações políticas, econômicas e sociais", disse à repórter Sandra Nascimento a engenheira da Delegacia Regional do Traba-

lho (DRT) de São Paulo, Fernanda Giannasi, uma das responsáveis pela fiscalização das empresas que utilizam o amianto no Estado de São Paulo.

O exemplo das indústrias do setor de fricção, que consomem 9% da produção de amianto do Brasil e estão substituindo o mineral por materiais não cancerígenos, é o modelo apontado pelos sindicalistas para confirmar a possibilidade de reversão do quadro em outros setores.

Matéria informa sobre os efeitos da doença, passos para banimento e o Seminário Nacional do Amianto realizado pela Força Sindical

DCI

11/03/94

► **RESTRIÇÃO**

Comissão da Câmara aprova controle do uso de amianto crisotila no País

A Comissão Especial do Amianto na Câmara dos Deputados de Brasília aprovou anteontem, por 18 votos a dois, o substitutivo proposto pelo relator Antônio Faleiros (PSDB-GO) ao projeto de lei 3.981/93 do deputado Eduardo Jorge (PT-SP) que previa restrição ao uso do amianto no País.

O substitutivo e o parecer do relator, aprovados pela comissão, prevêem o disciplinamento, ordenadamente e controle do uso do amianto crisotila, além de proibir o uso de outras variedades de amianto e qualquer forma de uso de pó do amianto.

O Brasil é hoje o terceiro produtor mundial de amianto crisotila

com uma produção anual de 200 mil toneladas. Deste total, 70 mil toneladas são exportadas para 30 países, entre eles, Japão, Índia, Indonésia e países do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai), gerando US\$ 300 milhões de divisas para o País.

Cerca de 85% do amianto consumido internamente é usado na indústria de fibrocimento (construção civil), 10% na indústria de juntas, gaxetas, freios e fricção e o restante é empregado em vários outros ramos. O amianto é responsável por 200 mil empregos diretos e indiretos.

A única produtora de amianto crisotila é a Sama (S/A Mineração de Amianto), com uma mina de ex-

ploração na cidade de Minas Gerais, Goiás. Nos últimos quatro anos, a empresa investiu cerca de US\$ 40 milhões para otimizar seu sistema produtivo e em preservação ambiental, higiene e segurança no trabalho.

O setor também possui uma associação, a Abra (Associação Brasileira do Amianto), composta por 62 entidades, e que tem como principal objetivo garantir a perenidade do uso de amianto no País. Segundo Jacque Rangé, presidente da Abra, a expectativa para este ano é que as exportações e a produção do minério continuem crescendo, já que o Brasil tem condições de produzir 250 mil toneladas de amianto.

(DG)

pag. 8

Matéria informa que o projeto do Deputado Eduardo Jorge prevendo a substituição do amianto perdeu por 18 votos a 2, a favor do substitutivo do Deputado Antônio Faleiros, favorável ao uso controlado do amianto, extraído da mina da SAMA, localizada em Goiás.

USOS DO AMIANTO NO BRASIL

Construção Civil.....	89%
Automotivo (lonas e pastilhas de freios).....	7%
Outros usos.....	4%

*...incluindo o uso como tira-gosto
por alguns técnicos defensores
ferrenhos do uso do amianto!!!*



CAMPEONATO MUNDIAL DE RESISTÊNCIA AO ASBESTO

segundo os Limites de Tolerância NOS PAÍSES.

